



GERAOESTE – USINAS ELÉTRICAS DO OESTE S.A.

**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Milhares de Reais**

<u>ATIVO</u>	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		1.751	1.824
Aplicações financeiras	3	9.598	8.407
Contas a receber	4	7.634	7.490
Crédito tributário	7	474	465
Adiantamento a Fornecedores	8	137	370
Total ativo circulante		19.594	18.556
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		-	11
Outros investimentos		1	1
Imobilizado	5	78.821	82.547
Intangível	6	4.694	4.694
Total ativo não circulante		83.516	87.253
TOTAL DO ATIVO		103.110	105.809

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



GERAOESTE – USINAS ELÉTRICAS DO OESTE S.A.

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Milhares de Reais

<u>PASSIVO</u>	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	333	477
Salários e encargos sociais	10	21	17
Impostos e contribuições a recolher	10	900	828
Partes relacionadas de curto prazo	12	41.253	20.918
Empréstimos e financiamentos	11	<u>13.884</u>	<u>10.993</u>
Total passivo circulante		<u>56.391</u>	<u>33.233</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	3.421	17.307
Constituição de Provisões	13	<u>-</u>	<u>5.371</u>
Total passivo não circulante		<u>3.421</u>	<u>22.678</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14(a)	31.661	31.661
Reserva Legal	14(b)	6.332	6.332
Lucros/Prejuízos acumulados		<u>5.305</u>	<u>11.905</u>
Total do Patrimônio Líquido		<u>43.298</u>	<u>49.898</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>103.110</u>	<u>105.809</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



GERAOESTE – USINAS ELÉTRICAS DO OESTE S.A.

Demonstração do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em Milhares de Reais

	Nota	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA	19	68.648	69.092
Custos dos serviços	20	<u>(12.765)</u>	<u>(13.013)</u>
LUCRO/PREJUÍZO BRUTO		<u>55.884</u>	<u>56.079</u>
Despesas gerais e administrativas	20	(11.970)	(2.118)
Receitas financeiras	21	1.864	812
Despesas financeiras	21	(2.362)	(2.938)
(+/-) Outras Despesas/receitas operacionais	22	<u>125</u>	<u>(183)</u>
Total das (despesas) receitas operacionais		<u>(12.343)</u>	<u>(4.427)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IRPJ E CSLL		<u>43.541</u>	<u>51.652</u>
Imposto de Renda		(1.872)	(1.613)
Contribuição Social		(939)	(848)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>40.730</u>	<u>49.191</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



GERAOESTE – USINAS ELÉTRICAS DO OESTE S.A.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Milhares de Reais**

	<u>Capital</u> <u>Social</u>	<u>Reservas</u> <u>de</u> <u>Lucros</u>	<u>Lucros/</u> <u>Prejuízos</u> <u>Acumulados</u>	<u>Total</u>	
		<u>Reserva</u> <u>Legal</u>	<u>Retenção</u> <u>de</u> <u>Lucros</u>		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	<u>31.661</u>	<u>6.332</u>	<u>26.703</u>	<u>-</u>	<u>64.696</u>
Resultado do exercício	-	-	-	49.191	49.191
Dividendos distribuídos	-	-	(26.703)	(37.286)	(63.989)
Transferência para retenção dos lucros	-	-	11.905	(11.905)	-
		-	-		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	<u>31.661</u>	<u>6.332</u>	<u>11.905</u>	<u>-</u>	<u>49.898</u>
Resultado do exercício	-	-	-	40.730	40.730
Dividendos distribuídos	-	-	(11.905)	(35.425)	(47.330)
Luc.a Distr. Reg.de Trans.IR 2025/2028	-	-	5.305	(5.305)	-
Transferência para retenção dos lucros	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	<u>31.661</u>	<u>6.332</u>	<u>5.305</u>	<u>-</u>	<u>43.298</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Fluxo de Caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Milhares de Reais

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2025	2024
Resultado do período	40.730	49.191
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	4.702	4.687
Variação cambial, monetária e encargos sobre empréstimos	2.339	2.835
Reversão de provisões	(5.371)	-
Ajuste exercício anterior	-	29
Redução (aumento) do ativo		
Aplicações financeiras	(1.191)	(558)
Contas a receber	(144)	2.010
Tributos direitos de créditos	(9)	125
Outros ativos	11	-
Adiantamentos	233	(68)
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	(144)	53
Obrigações tributárias	72	-
Outros passivos	9	(184)
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	41.237	58.120
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de ativo imobilizado/diferido	(977)	(3)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	(977)	(3)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(13.333)	(12.982)
Pagamentos dividendos	(27.000)	(43.550)
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos	(40.333)	(56.532)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	(73)	1.585
Caixa e equivalentes no início do período	1.824	239
Caixa e equivalentes no fim do período	1.751	1.824
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	(73)	1.585

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em Milhares de Reais**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A empresa tem como objeto social a prestação de serviços de geração e comercialização de energia elétrica, mediante concessão pública outorgada pela União.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC para preparação de suas demonstrações financeiras.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras pela Diretoria foi realizada em 06 de março de 2026.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade.

b) Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios.

c) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do imobilizado e diferido, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para contingências etc. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

As contas a receber de clientes são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear. Nossas taxas de depreciação estão de acordo com as resoluções da ANEEL n.º 674, de 18 de agosto de 2015.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado e outros ativos não circulantes têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2025.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são tributados com base no lucro presumido.

i) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: vida útil do ativo imobilizado, custo orçado das obras, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. O impacto de tais revisões é reconhecido no exercício em que são efetuadas.

j) Normas novas, revisadas e interpretações emitidas

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Correlação as normas internacionais de contabilidade - IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: classificação, mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
CPC 47 – Receitas de contratos com clientes	Correlação as normas internacionais de contabilidade -IFRS 15 - sobre o reconhecimento de receita em transações de contratos com clientes.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
CPC 06 (R2) -Arrendamento mercantil	Correlação as normas internacionais de contabilidade -IFRS 16. Refere-se à definição e a orientação do contrato de arrendamento previsto na IAS17.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações	Correlação as normais internacionais de contabilidade - IFRS 2. Refere-se às alterações na mensuração de transação com pagamentos baseados em ações.	O IASB adiou indefinidamente a data de vigência.
ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão	Esta interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. Esta interpretação é aplicável a concessões de públicos a entidades privadas.	A Interpretação Técnica ICPC 01 aprovada pelo Comitê em 06 de novembro de 2009.

A Companhia pretende adotar as novas normas e/ou alterações na data de vigência requerida com base no método aplicável a cada pronunciamento podendo ser sua apresentação de forma retrospectiva ou prospectiva. Na avaliação preliminar da Companhia não se espera que essas modificações possam ter um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

Com relação ao CPC06 não existem operações de arrendamento que exigirá alterações significativas dos valores apresentados.

Por fim, não é esperado efeitos significativos na adoção inicial do CPC48, uma vez que a Companhia não possui instrumentos financeiros complexos.

K) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As Companhias são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As Companhias também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Além disso, todas as Companhias são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de resultado, a demonstração dos fluxos de caixa.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

A Companhia analisou as novas normas contábeis e alterações vigentes e, avaliou que as mesmas não apresentaram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras individuais.”

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2025	2024
Certificado de Depósitos Bancários	<u>9.598</u>	<u>8.407</u>
Total	<u>9.598</u>	<u>8.407</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas médias de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. CONTAS A RECEBER

	2025	2024
Contas a receber - curto prazo	7.634	7.490
Contas a receber - longo prazo	-	-
Total	<u>7.634</u>	<u>7.490</u>

Composição por Vencimento das Contas a Receber

	2025	2024
A Vencer	7.634	7.490
Vencidos – Mais de 365 dias	-	-
Total	<u>7.634</u>	<u>7.490</u>

A Administração da Sociedade não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois entende que os valores serão realizados.

5. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

<u>Descrição</u>	<u>Taxa</u>	<u>Saldo</u>				<u>Saldo</u>	
		<u>Anual</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>31.12.2025</u>
		<u>%</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>Custo</u>							
<u>Imobilizado em Serviço</u>							
<u>- Geração</u>							
Terrenos		6.870	-	-	-	6.870	
Reservatórios, barragens e	2%	38.220	-	-	-	38.220	
Edificações, obras civis e	2 a 4 %	25.349	-	-	-	25.349	
Turbinas	2.50%	27.605	-	-	-	27.605	
Máquinas e equipamentos	3,3 a 10	28.421	952	-	-	29.373	
Outros	4%	29.237	-	-	-	29.237	
Total		155.702	952	-	-	156.654	
<u>Administração</u>							
Máquinas e equipamentos	10%	264	-	-	-	264	
Móveis e utensílios	10%	56	1	-	-	57	
Embarcações	10%	18	-	-	-	18	
Computadores e periféricos	20%	65	24	-	-	89	
Veículos	20%	260	-	-	-	260	
Total		663	25	-	-	688	
Total Imobilizado		156.365	977	-	-	157.342	
<u>Depreciação Acumulada</u>							
Reservatórios, barragens e		(11.848)	(764)	-	-	(12.612)	
Edificações, obras civis e		(17.291)	(1.121)	-	-	(18.412)	
Turbinas		(10.287)	(691)	-	-	(10.978)	
Máquinas e equipamentos		(15.893)	(900)	-	-	(16.793)	
Outros		(18.036)	(1.170)	-	-	(19.206)	
Total		(73.355)	(4.646)	-	-	(78.001)	
<u>Administração</u>							
Máquinas e equipamentos	10%	(140)	(22)	-	-	(162)	
Móveis e utensílios	10%	(44)	(4)	-	-	(48)	
Computadores e periféricos	20%	(56)	(4)	-	-	(60)	
Veículos	20%	(211)	(24)	-	-	(235)	
Embarcações	10%	(12)	(3)	-	-	(15)	
Total		(463)	(57)	-	-	(520)	
Total Geral Depreciação		(73.818)	(4.703)	-	-	(78.521)	
Total Líquido		82.547	(3.726)	-	-	78.821	

6. INTANGÍVEL

Adesão ao prazo de extensão da outorga em atendimento a Lei nº 13.203/2015 e Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020, conforme disposto na Resolução Homologatória nº 2.919/2021 de 12.08.21 ("REH 2.919/21), pelo prazo de 1.334 dias, com nova vigência até 14/08/2036, confirmando a extensão de 20/12/2033 a 14/08/2036. Face a nova vigência da outorga foi entregue em pagamento o direito a receber que constava junto a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Termo de aceite assinado em 10/06/2021.

Início da amortização do intangível em 20/12/2033 a taxa de 27,8856% aa.

	2025	2024
Outorga Agência Nacional de Energia Elétrica Aneel.	4.694	4.694
(-) Amortização	<u>-</u>	
Total	<u>4.694</u>	<u>4.694</u>

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Retenções na fonte efetuadas por Órgãos Públicos inerentes ao lucro presumido.

	2025	2024
Imposto de renda	97	95
Contribuição social	81	80
Cofins	243	238
Pis	<u>53</u>	<u>52</u>
Total	<u>474</u>	<u>465</u>

8. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E CONTAS À RECEBER DE TERCEIROS

	2025	2024
Adiantamentos a fornecedores	<u>137</u>	<u>370</u>
Total	<u>137</u>	<u>370</u>

9. FORNECEDORES

	2025	2024
Fornecedores a pagar	<u>333</u>	<u>477</u>
Total	<u>333</u>	<u>477</u>

Composição por Vencimento dos Fornecedores a pagar

	2025	2024
A Vencer	<u>333</u>	<u>477</u>
Total	<u>333</u>	<u>477</u>

10 OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

	2025	2024
Obrigações trabalhistas a vencer	4	4
Encargos trabalhistas a vencer e provisões	17	13
Obrigações tributárias a vencer	<u>900</u>	<u>828</u>
Total	<u>921</u>	<u>845</u>

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Banco Credor</u>	<u>Taxa</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Passivo Circulante</u>	<u>Passivo Não Circulante</u>	<u>2025 Total</u>	<u>2024 Total</u>
Banco da Amazônia S/A – BNDES	TJLP+1,65% aa	03/2027	13.884	3.421	17.305	28.300
Total			<u>13.884</u>	<u>3.421</u>	<u>17.305</u>	<u>28.300</u>

As parcelas dos financiamentos vencem como segue:

2026	13.884
2027	3.421
Total	<u>17.305</u>

Garantias

Para a modalidade Finame foram concedidos os equipamentos adquiridos.

12. PARTES RELACIONADAS DE CURTO PRAZO

	2025	2024
Dividendos a Pagar	<u>41.253</u>	<u>20.918</u>
Total	<u>41.253</u>	<u>20.918</u>

13. CONTINGÊNCIAS

A Companhia está sujeita à contingências fiscais, legais, trabalhistas, cíveis e outras. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia as possibilidades de eventuais perdas e ajusta a respectiva provisão considerando a opinião de seus assessores legais e os demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios, tais como a natureza dos processos e a experiência histórica.

Há processos envolvendo risco de perda classificado pela Administração e pelos assessores jurídicos como provável no montante de R\$ 5.371 mil, sendo:

I – Processo de ação civil pública nº 0004543-67.2008.4.01.3600, Vara Única de Rondonópolis/MT. O MPF propôs ACP por entender que o empreendimento necessitava de EIA-RIMA e pelo fato de não ter sido efetuada a compensação ambiental para o Projeto de Assentamento Beleza.

Considerando a decisão de 1ª Instância, caso não haja êxito na apelação a indenização do INCRA deverá ser paga, haja vista, que o estudo similar ao EIA RIMA já foi feito.

Provisão constituída em 04/2019 R\$ 206.389,74. Complementação de provisão em 12/2022 R\$ 164.526,42, perfazendo o total de R\$ 371 mil.

Em 2025 o processo foi extinto pelo pagamento do parcelamento e a provisão de 371 mil foi revertida.

II – Processo 0000394-02.2008.811.0048, Wellington Antonio Fagundes, Desapropriação – com sentença desfavorável – último andamento em apelação. Constituída a provisão de R\$ 5.000 mi.

Em setembro/2025 o processo foi extinto pelo pagamento efetuado pela Geraoeste no montante de R\$ 16.325 mi e a provisão de R\$ 5.000 mi foi revertida.

Segundo a Assessoria Jurídica não existem mais processos em andamento em nome da Companhia que justifiquem qualquer tipo de provisão.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) O capital social

O capital social subscrito é de R\$ 31.661 divididos em 29.590.188 ações ordinárias nominativas.

(b) Reserva legal

A reserva legal constituída de R\$ 6.332 atingiu em 2023 a totalidade de 20% do capital social, e tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

(c) Dividendos distribuídos

Os lucros obtidos e apontados em balanço serão disponibilizados conforme cláusula 7ª. Do contrato de constituição. Até o final do exercício de 2025, à destinação dos lucros estão conforme a seguir:

AGE/AGO	Data	Lucros disponibilizados	Data do Balanço	Pago	Saldo a pagar
AGE	21/10/2024	37.290	30/09/2024	37.290	-
AGO	19/05/2025	11.900	31/12/2025	6.077	5.823
AGE	10/12/2025	35.430	30/11/2025	-	41.253

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles.

A Sociedade não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e, tampouco, possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. AVAIS E FIANÇAS PRESTADOS

A Sociedade, em 31 de dezembro de 2025, não possui responsabilidades por garantias prestadas a empresas coligadas, controladas e associadas.

17. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade mantém cobertura de seguros considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos, considerando a natureza de sua atividade, sendo os principais.

17.1 Seguro de responsabilidade civil geral, contratado junto a Chubb Seguros Brasil S.A, com o Objetivo de garantir até o limite máximo da apólice, o pagamento de indenizações ao segurado, a título de reembolso ou diretamente ao terceiro prejudicado, desde que previamente acordado pela seguradora, das quantias pelas quais o segurado vier a ser responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado, exarada em ação de responsabilidade civil contra o segurado, ou por acordo entre este e os terceiros prejudicados, com anuência da Seguradora, relativas as reparações por danos físicos à pessoa e/ou materiais involuntariamente causados a terceiros e/ou Despesas Emergenciais empreendidas pelo segurado na tentativa de evita-los e/ou minorá-los, ocorridos durante a vigência da apólice 17.51.0045694.12 que vai de 28/02/2025 a 28/02/2026, que decorram de riscos cobertos nele previstos, até o limite máximo de garantia especificado de R\$ 2.000.000,00 por evento e R\$ 3.000.000,00 no agregado anual.

SEGURADO: GERAESTE USINAS ELETRICAS DO OESTE S.A.

Coberturas	Sublimites (LMI) - R\$	Franquias (POS)
Cobertura Básica 101 - Operações	R\$ 2.000.000,00 Por evento e R\$ 3.000.000,00 no agregado anual	POS em 10,00% dos prejuízos indenizáveis com o mínimo de R\$ 10.000,00 por por evento.

Cobertura Básica 103 - RC Empregador	100% da Importância Segurada Contratada	POS em 20,00% dos prejuízos indenizáveis com o mínimo de R\$ 5.000,00 por por empregado.
Especifica 301 – Empresas, Concessionárias ou não, de Serviços de Abastecimento e Distribuição de Água e/ou Saneamento Básico, Energia Elétrica, Gas e Telefonia	100% da Importância Segurada Contratada	POS em 10,00% dos prejuízos indenizáveis com o mínimo de R\$ 10.000,00 por por evento.
Adicional 208 - Poluição Súbita - 72 horas	100% da Importância Segurada Contratada	POS em 10,00% dos prejuízos indenizáveis com o mínimo de R\$ 10.000,00 por por evento.
Cobertura Básica 106 - RC Promoção e/ou Participação Em Eventos, Feiras e Exposições	100% da Importância Segurada Contratada	POS em 10,00% dos prejuízos indenizáveis com o mínimo de R\$ 10.000,00 por por evento.
Cláusula Específica Nº. 309 - Cobertura Para Barragens, Represas, Eclusas E/Ou Diques.	100% da Importância Segurada Contratada	POS em 20,00% dos prejuízos indenizáveis com o mínimo de R\$ 10.000,00 por por evento.
Despesas de Contenção de Sinistros	Não possui capital isolado integrando o sublimite das coberturas contratadas	Conforme cobertura contratada
Despesas de Salvamento	Não possui capital isolado integrando o sublimite das coberturas contratadas	Conforme cobertura contratada
Danos Morais e Estéticos	Não possui capital isolado integrando o sublimite das coberturas contratadas	Conforme cobertura contratada
Perdas Financeiras/Lucros Cessantes	Não possui capital isolado integrando o sublimite das coberturas contratadas	Conforme cobertura contratada
Custas Judiciais de Foro Civil	Não possui capital isolado integrando o sublimite das coberturas contratadas	Conforme cobertura contratada

17.2 Seguro Riscos Pessoais contratado junto a HDI Seguros. Apólice 065722025003809930000228, com vigência de 16/08/2025 a 16/08/2026, com garantia de R\$ 512.646,69 para 4 vidas de funcionários.

17.3 Adicionalmente a Cia tem outros seguros contratados, Compreensivo Empresarial, e de veículos com vigência até o ano de 2026.

18. RISCO DE LIQUIDEZ

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, aportes de acionistas e empréstimos e financiamentos de instituições financeiras.

A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capitais e operacionais, bem como o pagamento das dívidas.

A tabela abaixo demonstra o fluxo dos passivos financeiros de longo prazo da Companhia, por faixas de vencimento:

	2026	2027	Em Diante	Total
Passivo				
Empréstimos e Financiamentos	13.884	3.421	-	17.305

Os recursos mantidos pela Companhia são investidos em instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Adicionalmente, existem outras obrigações a pagar.

19. RECEITAS

A seguir está demonstrada a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações do resultado do exercício:

	2025	2024
Receita Bruta		
Venda da Energia Gerada – Nacionais	<u>71.250</u>	<u>71.709</u>
Total	<u>71.250</u>	<u>71.709</u>
Deduções das Receitas		
PIS e COFINS	<u>(2.602)</u>	<u>(2.617)</u>
Total	<u>(2.602)</u>	<u>(2.617)</u>
Total	<u><u>68.648</u></u>	<u><u>69.092</u></u>

A Companhia reconhece, os tributos incidentes sobre as receitas, baseada nas alíquotas vigentes e seguindo o regime de competência. Não há incidência de ISS sobre faturamento, pois o total das receitas da Companhia advém de vendas de energia gerada. Para o ICMS há não incidência conforme artigo 5º, III do RICMS-MT/2014 – operações no âmbito do Proinfra LEI Nº 10.438/2002.

20. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2025	2024
Matérias – Primas e Materiais de Uso e Consumo	(2.587)	(2.944)
Salários e Benefícios a Empregados	(123)	(122)
Serviços de Terceiros	(5.369)	(6.323)
Despesas com Aluguel	(97)	(82)
Despesas com Consumo	(510)	(250)
Depreciação e Amortização	(4.702)	(4.687)
Despesas legais e contingenciais	(10.955)	(34)
Despesas com Locomoção, Viagens e Refeições	(95)	(418)
Despesas Tributárias	(49)	(38)
Despesa de Seguros	(248)	(233)
Total	<u>(24.735)</u>	<u>(15.131)</u>

21. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
RECEITAS FINANCEIRAS		
Rendimentos de aplicação financeira	1.864	812
Subtotal	<u>1.864</u>	<u>812</u>
DESPESAS FINANCEIRAS		
Juros e empréstimos bancários	(2.347)	(2.918)
Encargos sobre pagamentos em atraso	(6)	(9)
Outras despesas financeiras	(9)	(11)
Subtotal	<u>(2.362)</u>	<u>(2.938)</u>
Total	<u>(498)</u>	<u>(2.126)</u>

22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2025	2024
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		
Termo de ajuste de conduta Fundo Def. Def.	-	(212)
Provisões de processos em andamento	-	-
Receitas Eventuais	-	29
Total	<u>-</u>	<u>(183)</u>
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		
Arrendamentos e aluguéis	56	-
Recuperação em ações judiciais	69	-
Receitas Eventuais	-	-
Total	<u>125</u>	<u>-</u>
Total Geral	<u>125</u>	<u>(183)</u>

Marcos Gabriel Pestana Lisboa
Diretor

Marlus Renato Dall'Stella
Diretor

Maurício Mugnol
Contador CRC 1SP137537/O-7

GRUPO



Auditoria Contábil e
Consultoria Empresarial & RH

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS

GERAOESTE – USINAS ELÉTRICAS DO OESTE S.A.

*Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Relatório dos Auditores Independentes*

www.sgsauditores.com.br



comunicacao@sgsauditores.com.br



+55 11 3862-1844 | +55 11 94595-2780



Av. Queiroz Filho, 1700 - Torre D Sala 608 e 109, 05319-000

Av. Marquês de São Vicente, 446 - Torre A Sala 801, 01139-000



GERAOESTE – USINAS ELÉTRICAS DO OESTE S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2025 e de 2024

Conteúdo

	Pág.
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1 - 3
Balancos patrimoniais	4 - 5
Demonstrações de resultado	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9 - 22

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores da

GERAOESTE – USINAS ELÉTRICAS DO OESTE S.A.

Juscimeira - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **GERAOESTE – USINAS ELÉTRICAS DO OESTE S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **GERAOESTE – USINAS ELÉTRICAS DO OESTE S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2026.



SGS Auditores Independentes LTDA
CRC 2 SP 020.277/O-5 S-MT

Presley José Godoy
Presley José Godoy
Contador
CRC 1 SP 185.052/O-5 S-MT

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)
Última atualização em 14 Abril 2026, 09:34:24



Status: Assinado

Documento: PARECER_GERAOESTE_31.12.2025_04.03.2026.Pdf

Número: 62870c4e-47d6-4f7d-94fd-a2d4dc35635d

Data da criação: 14 Abril 2026, 09:31:25

Hash do documento original (SHA256): c0ae5662cd7ea9e523c6b707c21914dc8c62fc3a7b357d197bfd6685c9564f38



Assinaturas

1 de 1 Assinaturas

<p>Assinado via ZapSign by Truora</p> <p>PRESLEY JOSÉ GODOY Data e hora da assinatura: 14/04/2026 09:34:23 Token: 717b9a0c-203e-49a8-9365-b10ed81a6e56</p>	<p>Assinatura</p> <p><i>Presley José Godoy</i></p> <p>Presley José Godoy</p>
<p>Pontos de autenticação: Telefone: 5511964866712 E-mail: sgs@sgsauditores.com.br Nível de segurança: Validado por código único enviado por e-mail</p>	<p>IP: 177.141.244.191 Dispositivo: Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/146.0.0.0 Safari/537.36</p>

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 62870c4e-47d6-4f7d-94fd-a2d4dc35635d, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign 62870c4e-47d6-4f7d-94fd-a2d4dc35635d. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.